|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20151026163240762logo_vertical.pngCHECK LIST PARA CONFERÊNCIA DO PROCESSO DE**  **COMPRAS Lei 8.666/93 Art. 25– CAPUT e I, II e III**  **PROCESSO Nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**  **INEXIGIBILIDADE Nº: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**  **Servidor(a) responsável: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**   |  |  |  | | --- | --- | --- | | **S** | **N** | **NA** | | Sim | Não | Não se aplica | | | | |
| **Item** | **ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS** | **S/N/NA** | **Página** |
|  | **FASE INTERNA** |  |  |
| 1 | Abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado (art. 38, caput, da Lei nº 8.666/93 e Portaria Interministerial n. 1.677/2015 - DOU de 08.10.2015, Seção 1, pg.31 ou da Portaria Normativa nº 1.243, de 21.09.2006, do Ministério da Defesa). |  |  |
| 2 | Consta o Documento de Formalização de Demanda conforme elaborado pelo setor requisitante?  A autoridade competente da unidade demandante definiu o objeto do certame de forma precisa, suficiente e clara?  Se TIC, seguir IN 01/2019 Contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC. TODOS TEMPLATES – modelos - no site do IFRS. |  |  |
| 2.1 | Foi preenchida coluna com numeração dos itens que estão contemplados no Plano Anual de Contratações, de acordo com a IN SEGES nº 1/2019? (Consultar PAC/PGC do ano publicado no site. Caso não contemplados ou quantitativos diferentes, foi justificada e aprovada inclusão pela autoridade competente? |  |  |
| 2.2 | A autoridade competente justificou a necessidade do objeto da contratação direta (art. 26, *caput,* Lei n° 8.666/93 e art. 2º*, caput*, e parágrafo único, VII, da Lei nº 9.784/99)? |  |  |
| 2.3 | A justificativa contempla a caracterização da situação de inexigibilidade de licitação (art. 25, Lei 8.666/93), com os elementos necessários à sua configuração (art. 26, *caput,* e parágrafo 1°, I, Lei n° 8.666/93)? |  |  |
| 2.4 | Há justificativa fundamentada dos quantitativos (bens/serviços) requisitados, tais como demonstrativo de consumo dos exercícios anteriores, relatórios do almoxarifado e/ou outros dados objetivos que demonstrem o dimensionamento adequado da aquisição/contratação? |  |  |
| 2.5 | Houve consulta ao “Guia Nacional de Licitações Sustentáveis”, da CGU/AGU (última atualização 2020), com manifestação, no termo de referência, sobre práticas e/ou critérios de sustentabilidade economicamente viáveis adotados na contratação? (IN/SEGES 1/2010, art. 5º) |  |  |
| 3 | **Apresentação da proposta comercial pelo detentor da exclusividade do bem/serviço**  A proposta comercial deverá ser detalhada, devendo conter: objeto, quantitativo, valores em reais já incluídos todos os custos do fornecedor (fretes, impostos, carga e descarga), Razão Social, CNPJ, data, validade, endereço completo, telefone de contato, nome e assinatura do responsável e carimbo.  Imprimir e-mail de recebimento da proposta e seu(s) anexo(s).  Quando não for impresso e-mail, inserir documento original ou cópia com carimbo “confere com original” devidamente datado e assinado. |  |  |
| 4 | Existe declaração de exclusividade expedida pela entidade competente, no caso de inexigibilidade de licitação do art. 25, I, Lei 8.666/93? |  |  |
| 4.1 | A administração averiguou a veracidade do atestado de exclusividade apresentado nos termos do art. 25, I, da Lei n 8.666/93? (Orientação Normativa AGU n° 16, de 1° de abril de 2009) |  |  |
| 5 | **Justificativa de que o preço ofertado** à administração é condizente com o praticado pelo mercado, em especial por meio de (Art 7º IN 73/2020):  I - documentos fiscais ou instrumentos contratuais de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, emitidos no período de até 1 (um) ano anterior à data da autorização da inexigibilidade pela autoridade competente;  II - tabelas de preços vigentes divulgadas pela futura contratada em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, contendo data e hora de acesso.  §1º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.  §2º Excepcionalmente, caso a futura contratada não tenha comercializado o objeto anteriormente, a justificativa de preço de que trata o caput pode ser realizada com objetos de mesma natureza. |  |  |
| 6 | **Se a Inexigibilidade for para contratação de bens/serviços acima de R$ 17.600,00 (Com o advento da Medida Provisória nº 961, de 2020, o limite do art. 24, II passou para R$50.000,00 para aquisições e serviços em geral:**  **Ordem de Serviço ou Portaria** para a designação formal da equipe de Planejamento da Contratação, contendo Membros do setor requisitante licitações, contratos e área técnica, conforme o caso. |  |  |
| 6.1 | Foram elaborados e juntados ao processo os **Estudos Técnicos Preliminares**, conforme as diretrizes constantes da IN SEGES/MP nº 40/2020 se for o caso? |  |  |
| 6.2 | Se houver contrato, foi elaborado e junto aos autos o **Mapa de Riscos** previsto no art. 26, §1º, incisos I e II, de acordo com o modelo do anexo IV da IN/SEGES 5/2017? (arts. 20 e 26 da IN/SEGES 5/2017) |  |  |
| 7 | Há previsão de recursos orçamentários, com indicação das respectivas rubricas (arts. 7º, § 2º, III, 14 e 38, caput, da Lei nº 8.666/93)?  Se for o caso, constam a estimativa do impacto orçamentário financeiro da despesa prevista no art. 16, inc. I da LC 101/2000 e a declaração prevista no art. 16, II do mesmo diploma na hipótese da despesa incidir no caput do art. 16? |  |  |
| 7.1 | Pré-empenho |  |  |
| 8 | **Projeto Básico**  Nome, SIAPE e assinatura do(s) elaborador(es) (requisitantes).  Autorização e aprovação motivada da autoridade competente, para contratação direta no projeto básico (Art.50, IV, Lei 9.784/99):  Data,nome, SIAPE, assinatura e Portaria da Autoridade Competente.  (Reitor na Reitoria ou Diretor Geral nos *campi*) |  |  |
| 9 | **Minuta de Contrato** (quando houver necessidade)  *Legislação:* Art. 62 da Lei 8.666/93 |  |  |
| 10 | No caso de aquisição de bens, consta documento contendo as especificações e a quantidade estimada do objeto, observadas as demais diretrizes do art. 15 da Lei 8.666/93? (Projeto Básico) |  |  |
|  | **PORTARIAS** |  |  |
| 11 | Portaria da Autoridade Competente que assinou Projeto Básico |  |  |
| 11.1 | Portaria(s) Substituto(s) quando for o caso |  |  |
|  | **HABILITAÇÃO** |  |  |
| 12 | **SICAF ou emissão das seguintes certidões:**  a) regularidade fiscal federal conjunta com INSS (art. 193, Lei 5.172/66 e art. 195, §3°, CF 1988);  b) regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS – art. 2°, Lei 9.012/95);  c) regularidade trabalhista CNDT (Lei 12.440/11).  **Declaração** de cumprimento aos termos da Lei 9.854/99 e que inexistem fatos impeditivos? (solicitar por e-mail declaração assinada).  **Consulta de registro de penalidades:**  (a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (http://www.portaltransparencia.gov.br);  (b) Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (https://contas.tcu.gov.br);  (c) Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF;  (d) Conselho Nacional de Justiça - CNJ (http://www.cnj.jus.br).  *Obs: ACÓRDÃO Nº 260/2002 TCU – Plenário (trecho)*  *“8.3. determinar ao Superior Tribunal de Justiça que:*  *8.3.1. observe a exigência legal (art. 29, inciso IV, da Lei nº 8.666/93) e constitucional (art. 195, § 3º) de que nas licitações públicas, mesmo em casos de dispensa ou inexigibilidade, é obrigatória a comprovação por parte da empresa contratada, da regularidade para com a seguridade social, por meio da apresentação de Certidão Negativa de Débito (INSS – art. 47-I-a, da Lei nº 8.212/91); Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (SRF-IN nº 80/97) e Certificado de Regularidade do FGTS (CEF – art.27.a da Lei nº 8.036/90);”* |  |  |
| 13 | **IN RFB Nº 1234/2012 (NÃO RETENÇÃO). Estes 2 (dois) documentos não são para fins habilitatórios, podendo ser apresentados pela empresa até o momento do pagamento. Ex: casos de pagamento de anuidades.**  As entidades beneficentes de assistência social previstas nos incisos III (instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos) e IV (instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e às associações civis) do art. 4º da IN RFB 1.234/2012, que atuam nas áreas de saúde, da educação e da assistência social deverão apresentar **declaração de imune/isenta e Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas)**, **expedido pelos Ministérios** das respectivas áreas de atuação da entidade ( § 6º, art. 6º, IN RFB 1.234/2012)e, no caso de não apresentação do Cebas, na forma prevista pelo § 6º, torna-se obrigatória a retenção do IR e das contribuições sobre o valor total da NF ou fatura no percentual de 9,45%, no código de arrecadação 6190 - demais serviços ( § 8º, art. 6º, IN RFB 1.234/2012). |  |  |
| 14 | **Para os processos em que não haja dúvida jurídica do gestor ouque não haja minuta de contrato não padronizada, incluir no relatório da etapa 15 a citação da ON AGU nº 46, de 26/02/2014 indicando a desnecessidade de encaminhamento do processo para análise jurídica nas aquisições com base no Art. 25 da Lei 8.666/93, cujos valores estejam enquadrados nos limites dos Incisos I e II do art. 24 da mesma Lei. Neste caso, desconsiderar as etapas17 a 21.** |  |  |
| 15 | **Relatório da Inexigibilidade de Licitação**  Assinado pelo Coordenador de Licitações e Compras |  |  |
| 16 | **Atestado de Conformidade assinado pelo Ordenador de Despesas**(Quando processo não vai para análise jurídica, conforme etapa 14). |  |  |
| 17 | **Ofício interno de encaminhamento à Procuradoria Jurídica para análise e parecer.** |  |  |
| 18 | **Análise e aprovação pela assessoria jurídica**  *Legislação (art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93*) |  |  |
| 19 | **Havendo apontamentos quanto ao processo pela Assessoria Jurídica.**  Foram procedidos os ajustes, complementação e respectivo relatório de procedimentos, ações e explicações após análise Jurídica? |  |  |
| 20 | **Ofício interno de encaminhamento à Procuradoria Jurídica** (caso seja necessário restituir o processo). |  |  |
| 21 | **Reanálise e aprovação pela assessoria jurídica.** |  |  |
| 22 | **Homologação e Ratificação**  (Autoridade competente – Reitor ou Diretor Geral) |  |  |
|  | **FASE INTERNA – OPERACIONALIZAÇÃO SETOR DE COMPRAS** |  |  |
| 23 | **Classificação Contábil quanto à natureza de despesa**dos itens, junto a área contábil (consta na disponibilidade orçamentária). Consulta no sistema quanto ao Código CATSER ref. subitem e elemento de despesa, para lançamento correto no Siasgnet. |  |  |
| 24 | Incluir no processo cópia da tela do encerramento do lançamento da Inexigibilidade no Siasgnet. |  |  |
| 25 | **Publicação da Homologação no Diário Oficial – DOU (**para Inexigibilidades com valores acima de R$ 17.600,00 |  |  |
| 26 | **E-mail para requisitante** – informe Homologação, o número e valor do pré-empenho, para preenchimento da requisição de empenho. |  |  |
|  | **CONTROLES** |  |  |
| 27 | **Relatório dos dados da Inexigibilidade na Planilha no Drive PROCESSOS REALIZADOS DO IFRS.** |  |  |

**Visto da chefia:** \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_